

**LEI Nº 6.559, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

(Autoria do Projeto: Deputado Chico Vigilante Lula da Silva)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, indústrias, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam obrigados a utilizar máscaras de proteção, em seus ambientes de trabalho, os funcionários, servidores e colaboradores, em especial aqueles que prestem atendimento ao público, dos estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, no âmbito do Distrito Federal, em funcionamento e operação durante o período de ações de enfrentamento ao novo coronavírus, causador da COVID-19.

*Parágrafo único.* Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, devem se adequar ao uso obrigatório de máscaras de proteção somente os funcionários e colaboradores dos estabelecimentos industriais que realizem atendimento ao público.

**Art. 2º** Os estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros a que se refere o art. 1º desta Lei, ficam obrigados a fornecer, gratuitamente, para os seus funcionários, servidores e colaboradores:

I – máscaras de proteção;

II – locais para higienização das mãos com água corrente e sabonete líquido ou disponibilizar pontos com álcool gel a 70% (setenta por cento).

*Parágrafo único.* Compete aos estabelecimentos citados no *caput* deste artigo a exigência e o incentivo do cumprimento no disposto nesta Lei.

**Art. 3º** O não cumprimento do disposto nesta Lei acarretará em multa, na forma definida em regulamento.

*Parágrafo único.* Os recursos oriundos da penalidade supracitada serão destinados às ações de combate ao novo coronavírus.

**Art. 4º** Caberá ao Poder Executivo a edição de normas complementares visando disciplinar o previsto nesta Lei.



**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a sua publicação.

Brasília, 23 de abril de 2020.  
132º da República e 61º de Brasília

**IBANEIS ROCHA**

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 23/4/2020, Edição extra.